



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo
Ministro da Casa Civil,
General Walter Souza Braga
Netto, informações sobre a
criação do Comitê de Crise
para supervisão e
monitoramento dos
impactos da Covid-19.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhado ao Ministro da Casa Civil, General Walter Souza Braga Netto informações sobre a criação do Comitê de Crise para supervisão e monitoramento dos impactos da Covid-19.

Justificação

O governo divulgou no dia 16 de março de 2020, o decreto nº 10.277, que institui um Comitê de Crise para supervisionar e monitorar os efeitos decorrentes da pandemia da Covid-19. A sua criação tem o objetivo de assessorar o presidente Jair Bolsonaro sobre a consciência situacional que está relacionada à disseminação da Covid-19, assim como o impacto do vírus na saúde, economia e outros setores.

A partir desse decreto, o presidente receberá relatórios por parte do Coordenador do Comitê, Ministro-chefe da Casa Civil General Braga Netto. O Comitê será composto por 23 membros, dos quais fazem parte dezesseis ministros, e atuará de forma coordenada com o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional. O decreto também determina que os membros do Comitê possam se fazer representar nas reuniões, não sendo necessária efetivamente a participação deles nas discussões.

O decreto prevê que o Comitê se reunirá sempre que convocado pelo seu Coordenador, e ele também poderá convidar outros membros para participar das reuniões do Comitê, de acordo com o tema a ser discutido. Além disso, o



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários para que possa auxiliar no cumprimento de suas atribuições.

Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

- 1) De que forma será assegurada a participação dos Governadores de Estado nas definições de estratégias de atuação?

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 18 de Março de 2019.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal
Republicanos-AM